

Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX*

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio**

Resumo

Este artigo propõe analisar a presença de mulheres em expedições científicas no Brasil em meados do século XX e as diversas formas como implicações de gênero influenciavam essas trajetórias. Os dados utilizados foram obtidos a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFE), órgão federal responsável por fiscalizar incursões científicas no país entre os anos de 1933 a 1968. Além de apresentar esse levantamento, pretende-se aqui fazer reflexões acerca da participação feminina em práticas científicas e trazer à tona trajetórias e atuações de mulheres cientistas no Brasil no período analisado.

Palavras-chave: Gênero e ciências, Expedições científicas, Mulheres cientistas.

* Recebido em 28 de março de 2016, aceito em 02 de agosto de 2016.

** Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), São Paulo, SP, Brasil. marisombrio@gmail.com

Searching in The Field – Women in Scientific Expeditions in Brazil in The Mid-Twentieth Century

Abstract

This paper analyses the presence of women in scientific expeditions in Brazil in the mid-twentieth century and the several ways gender implications influenced these experiences. The research was conducted primarily through the documents of the Brazilian Inspection Council on Artistic and Scientific Expeditions, the federal organization responsible for inspecting and licensing expeditions into the country between the years of 1933 and 1968. The purpose of this article is to present this study, to reflect about women participation in scientific practices and reveal women scientists' experiences in Brazil at that time.

Key words: Gender and Sciences, Scientific Expeditions, Women Scientists.

Em busca de compreender melhor a participação feminina na história das ciências, este artigo propõe analisar a presença de mulheres em expedições científicas no Brasil em meados do século XX e as diversas formas como implicações de gênero influenciavam essas trajetórias. Os dados utilizados foram obtidos a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFE),¹ órgão federal responsável por fiscalizar incursões científicas no país entre os anos de 1933 a 1968.²

Ao investigar a documentação do CFE, uma presença significativa de mulheres chamou atenção,³ pois frequentemente a historiografia e o senso comum reproduzem a ideia de que não havia mulheres praticando ciências no passado. A partir do levantamento realizado foi possível analisar as trajetórias de algumas cientistas e compreender o contexto em que desenvolviam seus estudos, a interação que mantinham com comunidades científicas no Brasil, as relações sociais e estratégias que possibilitavam o desenvolvimento de seus trabalhos em um ambiente ainda bastante hostil à presença feminina. Esta pesquisa possibilitou encontrar um grupo variado de cientistas em termos de nacionalidade, áreas de pesquisa, objetivos profissionais e formas de inserção em seus campos de estudos. Existiam aquelas que trabalhavam sozinhas, outras como colaboradoras de seus maridos cientistas, com ou sem vínculos institucionais, em diversas regiões do país, entre outras particularidades.

O Brasil era alvo de pesquisas internacionais e recebia muitos pesquisadores estrangeiros no período, mas, desde as primeiras décadas do século XX, intelectuais brasileiros empenharam-se em aproveitar a presença desses pesquisadores

¹ No decorrer do texto, utilizarei apenas a sigla CFE para me referir ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1933-1968).

² Este artigo é parte da tese de doutorado “Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX” (Sombrio, 2014).

³ Trinta e oito nomes de mulheres foram levantados neste estudo.

para impulsionar a formação de cientistas nacionais utilizando-se das redes e dos convênios estabelecidos com outros países, como os EUA, por exemplo, e esse processo contribuiu com a formação de cientistas no país.⁴

A necessidade de intermediação em expedições estrangeiras e tentativas de estabelecer acordos de cooperação científica eram apoiadas por intelectuais brasileiros e se materializaram em iniciativas do governo federal na década de 1930. A criação do CFE, em 1933, inovava ao criar uma legislação que exigia a presença de pelo menos um representante brasileiro acompanhando todas as expedições estrangeiras e também a entrega de duplicatas dos objetos e espécimes coletados às instituições científicas nacionais (Grupioni, 1998). Na prática, essa legislação não era cumprida à risca, mas refletia essa preocupação de que a presença de estrangeiros contribuísse também para a formação de pesquisadores brasileiros e o objetivo de proteger o patrimônio artístico e científico da nação.

Mulheres expedicionárias e a pesquisa de campo - importância do recorte de gênero

As trajetórias de mulheres cientistas são uma parte por vezes negligenciada na historiografia das ciências, no entanto, o estudo dessas personagens é capaz de demonstrar que as experiências de pesquisadoras atuando no Brasil na primeira metade do século XX são importantes e elucidativas de formas pelas quais as disciplinas e instituições científicas se desenvolviam.

Desde os anos 1970, com a consolidação dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, incluídos aí os estudos de Gênero e Ciências, e com a influência da chamada Nova História Cultural, que priorizou o estudo de temáticas e grupos antes excluídos das narrativas historiográficas, pesquisas vêm sendo

⁴ Sobre o caso da antropologia, Corrêa (2013) menciona que o relacionamento entre cientistas brasileiros e dos Estados Unidos, intermediado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, propiciou a especialização de diversos pesquisadores.

desenvolvidas com o intuito de compreender com se deu a incorporação de mulheres nas mais diversas práticas científicas e como os significados sociais atribuídos aos gêneros masculino e feminino foram assimilados por essas instituições (Rossiter, 1984; Keller, 1989; Burke, 2005).

A pesquisa de campo foi uma das práticas que acompanhou a consolidação da ciência moderna tendo sido aliada ao imperialismo dos países europeus e, mais tarde, dos Estados Unidos. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, travava-se um debate sobre qual seria o espaço privilegiado da construção do saber científico. De um lado, os pesquisadores de instituições e gabinetes se apoiavam na possibilidade de poder analisar extensivamente os espécimes que chegavam às suas mãos utilizando-se de catálogos e bibliotecas que reuniam informações capazes de fornecer base para comparações e classificações de acordo com o conhecimento já produzido anteriormente por outros(as) cientistas. Do outro, estavam os cientistas viajantes que tinham a vantagem de observar sujeitos, objetos e espécimes em seus habitat naturais fazendo observações contextualizadas, mas sem a infraestrutura de uma instituição que poderia fornecer as ferramentas de comparação para uma análise mais profunda, sendo as observações desses pesquisadores mais imediatas, sujeitas à influência do olhar momentâneo e das consequências advindas disso (Outram, 1996).

A discussão que se vê representada nessas duas figuras é a da objetividade científica e o questionamento sobre qual posição seria capaz de garanti-la de maneira mais acurada. O conceito de objetividade científica, assim como as supostas neutralidade e universalidade da ciência moderna foram conceitos fortemente criticados por teóricas feministas que argumentaram que uma instituição que se constituiu excluindo mais da metade da humanidade (mulheres, negros, entre outros grupos) não poderia requerer o título de neutra ou universal e, não por acaso, essas características da ciência coincidiam com estereótipos frequentemente associados ao masculino (homens racionais e

objetivos, mulheres emocionais e subjetivas) e, portanto, pensadas como algo totalmente distante das mulheres.

No decorrer do século XIX até a passagem para o XX, a ciência caminhou cada vez mais para dentro do laboratório e de instituições fechadas que dificultaram a participação das mulheres. Os limites menos rígidos das práticas das ciências de campo ou aquelas realizadas nos ambientes domésticos em períodos anteriores (em que a divisão entre espaços públicos e privados para a produção de ciências não era tão rígida) podiam, de certa forma, facilitar a incorporação de mulheres nessas atividades. A forte institucionalização das ciências ocorrida no século XIX contribuiu com uma exclusão oficial das mulheres das práticas científicas (Oreskes, 1996; Schiebinger, 2001).

De acordo com Outram (1996:253-254) o estudo da relação entre disposição espacial e autoridade intelectual se tornou um novo foco de estudos entre historiadores da ciência, no final do século XX.⁵ Metáforas espaciais nos estudos de distribuição de influência científica, na transmissão da instrumentação científica, e a disposição de espaço na vida de laboratório foram investigadas em trabalhos bem conhecidos (Latour, 1988). Por outro lado, pouca atenção havia sido dada aos espaços da ciência fora do ambiente construído, dos prédios de instituições propriamente ditos, como jardins botânicos e zoológicos públicos ou o espaço da natureza ainda sem intervenções humanas no qual os naturalistas de campo se aventuraram para achar espécimes que foram examinados por especialistas de instituições. Pouca atenção também foi dada ao uso do espaço doméstico nas ciências. Quais as interações entre esses diferentes espaços? Para reconstruir a experiência espacial dos cientistas viajantes, temos que pensar não somente no que eles viram, mas também sobre que tipo de estruturas psicológicas mediaram suas respostas ao espaço e nesse ponto as relações de gênero podem ter grande influência.

Algumas particularidades da pesquisa de campo tornam esse um espaço ambíguo e, de certa forma, carregam a

⁵ Sobre isso, ver também Livingstone (2003).

possibilidade de torná-la uma modalidade um pouco mais permissiva à inserção feminina. É mais difícil estipular regras num local de trabalho essencialmente público como o campo, com convenções de trabalho muito mais flexíveis do que dentro de um laboratório, por exemplo. Nesse ambiente, as regras de gênero poderiam ser mais maleáveis e por séculos as mulheres viajaram para lugares distantes registrando suas observações em cartas, diários e pinturas, o que permite a construção de uma historiografia sobre mulheres viajantes e atuando como pesquisadoras de campo (Kuklick; Kohler, 1996; Lopes, 1997).

Por outro lado, é importante ressaltar que a ampla variedade de pessoas envolvidas nesse tipo de empreendimento científico poderia causar também grandes dificuldades, daí a ambiguidade, já que, diferente de no interior de uma instituição, no campo o cientista teria que se relacionar com habitantes nativos, vendedores, mateiros, sertanistas, pescadores, fiscais, enfim, uma rede muito mais variada de atores que poderia tanto facilitar quanto dificultar a participação das mulheres. De qualquer forma, com a forte institucionalização que excluiu as mulheres no século XIX (Schiebinger, 2001), aparentemente o campo permanecia sendo um lugar mais permissivo, diferente da ciência produzida entre quatro paredes e com regras estritamente rígidas quanto à separação de corpos masculinos e femininos dos locais de trabalho.

Contudo, a associação da pesquisa de campo com imagens de heroísmo e masculinidade que se tornou especialmente convencional durante o século XIX dificultou a aceitação de mulheres em várias práticas de campo. As narrativas heroicas, fundamentais na construção de identidades masculinas, tornaram difícil para as mulheres qualquer tipo de inserção nesses papéis. “Destinadas” ao ambiente doméstico, as condições adversas e os perigos que faziam parte dessas viagens não eram facilmente enquadrados na imagem de uma mulher ou nas especificidades do corpo feminino. E essa dicotomização do gênero considerado adequado ao praticante de ciências não foi peculiar ao campo, era

imane a todos os locais de produção científica (Kuklick; Kohler, 1996; Oreskes, 1996).

Lopes (2001:895) sugere que a imagem heroica dos exploradores se deve a essa maior falta de controle do investigador no campo, especialmente os estrangeiros que encontravam-se em um ambiente que não lhes era familiar (científica, social e culturalmente) e que, quanto maior o “descontrole”, mais heroica era considerada a missão. Contudo, essa imagem estaria muito mais associada aos ideais de masculinidade da cultura moderna europeia do que a qualquer virtude particular atribuída à ciência que preza fortemente pela objetividade, conceito oposto ao da paixão empregada na concepção do cientista herói aventureiro do qual até o preparo físico é exigido (Oreskes, 1996). No século XX, cada vez mais mulheres começam a aparecer praticando ciências no campo e o ideal de masculinidade reforçado ao longo do século XIX passa a ser cada vez mais questionado.

No passado mais recente, final do século XIX e início do XX, algumas das ciências que se baseiam fortemente na pesquisa de campo, como a botânica e a antropologia, se mostraram particularmente receptivas às mulheres, que alcançaram no campo paridade com os homens mais facilmente do que o fizeram dentro das instituições científicas (Kuklick; Kohler, 1996:12).

Para sustentar esse debate e arriscar proposições acerca da inserção de mulheres em disciplinas constituídas em grande parte por pesquisas de campo no Brasil, precisamos conhecer melhor as experiências das diferentes personagens que se envolveram nessas atividades. As análises com recortes de gênero têm demonstrado seu potencial, podendo contribuir para novos modos de conhecer o mundo justamente por abrirem novas perspectivas, novos questionamentos e novas visões (Schiebinger, 2008:4).

Em um estudo que abordou mulheres expedicionárias dos séculos XVIII e XIX, Schiebinger (2004:1) escreveu:

Artista notável, a alemã Maria Sibylla Merian foi uma das poucas mulheres europeias a viajar sozinha naquele

período com o objetivo de praticar ciências. Mulheres naturalistas raramente figuraram na corrida por conhecer terras exóticas (...) No século XIX, mulheres como Lady Charlotte Canning eventualmente coletavam espécimes botânicos, mas quase sempre no papel de esposas coloniais, viajando para locais onde seus maridos as levavam e não em busca de seus próprios projetos científicos (tradução própria).⁶

Maria Sibylla Merian (1647-1717), mencionada no trecho acima, foi uma naturalista e pintora alemã que publicou, em 1705, um estudo intitulado *Metamorphosis Insectorum Surinamensium*, fruto de suas expedições científicas ao território do Suriname. Iniciou sua viagem em 1699 e lá permaneceu por 21 meses. Nessa obra, Merian publicou ilustrações botânicas diversas e registrou como as escravas africanas e populações indígenas daquele país, na época colônia holandesa, utilizavam as sementes de uma planta conhecida como *peacock flower* para realizar abortos. Como outros viajantes da época, Merian financiou sua própria expedição, mesmo não possuindo herança ou grandes reservas de dinheiro. Pagou os custos de sua viagem vendendo pinturas que fazia e espécimes que coletava. Ela não se encaixava no perfil dos naturalistas homens da época que, na maioria das vezes, eram jovens e solteiros. Divorciada de seu marido artista, Johann Andreas Graff, ela partiu com 52 anos, mais velha do que a maioria dos viajantes. Também não foi treinada em medicina como grande parte dos botânicos da época (Schiebinger, 2004:33).

Os naturalistas viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX costumavam publicar descrições detalhadas de suas incursões, registros que hoje são uma importante fonte de informações. O

⁶ Citação original: “*A celebrated artist, the German-born Merian was one of the very few European women to travel on her own in this period in pursuit of Science. Women naturalists rarely figured in the rush to know exotic lands (...) In the nineteenth century, women like Lady Charlotte Canning did sometimes collect botanical specimens, but almost always as colonial wives, traveling where their husbands happened to take them and not in pursuit of their own scientific programs*”.

estereótipo construído acerca desses indivíduos os caracteriza sempre como heroicos viajantes que retornaram a seus países com os frutos de suas aventuras e, na maioria das vezes, eram homens. Regras morais e corporais mantinham a maior parte das mulheres europeias perto de casa naquela época.

Merian foi a única mulher do continente europeu identificada por Schiebinger (2004:30) que viajou exclusivamente por motivos científicos nesse período. Viajava acompanhada de sua filha, Dorothea Maria Graff (1678-1743), que atuava como sua assistente. Sua outra filha, Johanna Helena Herolt (1668-1723), também coletou plantas no Suriname em 1711, enquanto viajava com seu marido que administrava um orfanato naquele país.

Tornou-se mais comum para as mulheres viajarem no século XIX. Sarah Bowdich (1791-1856), por exemplo, acompanhou seu marido Edward à África, em 1823, para fazer as ilustrações do trabalho científico dele. Ele acabou adoecendo durante a viagem e morreu de Malária enquanto estavam no Gâmbia. Mãe de três filhos pequenos e sem ter como retornar a Europa, Bowdich deu continuidade ao trabalho do marido, coletando plantas e arrumando os trabalhos para publicação. Hoje ela é tida como a primeira mulher a coletar plantas em um trabalho sistemático na África, tendo publicado um estudo sobre a flora das ilhas de Cabo Verde e da área em torno da cidade de Banjul, Gâmbia (Schiebinger, 2004:31).

Apesar dos perigos reais e imaginários, Schiebinger (2004:32) aponta que uma razão importante pela qual as mulheres não viajavam naquela época é que elas não eram contratadas pelas companhias de comércio, por academias científicas e governos, principais financiadores dessas viagens, e nem por naturalistas viajantes que iam por conta própria auxiliados por assistentes. Além disso, vigoravam na época discursos médicos que versavam sobre os efeitos negativos das viagens aos trópicos nos corpos das mulheres, afirmando que essas empreitadas poderiam afetar a fertilidade delas, que enfrentariam também problemas com a umidade, com o parto, poderiam ter crianças

que nasceriam escuras (um problema na visão dos brancos europeus), entre outras questões.

No Brasil, Miriam Moreira Leite (2000) também reuniu informações sobre mulheres viajantes no século XIX e argumentou que uma das características comuns entre essas exploradoras é que seus livros foram escritos a partir de correspondências que enviaram às famílias e aos amigos ou de diários e narrativas não muito longas sobre suas viagens. Não costumavam publicar obras extensas como os viajantes homens e a maioria nem tinha a intenção de ter seu trabalho divulgado, entretanto muitas tiveram suas obras publicadas por seus familiares após morrerem.

Com exceção da mudança de perfil entre exploradores homens e mulheres apontada por Schiebinger (2004) referente à idade e ao estado civil dos viajantes (homens - jovens e solteiros; mulheres - mais velhas, viúvas ou divorciadas), e à falta de vínculos profissionais mais sólidos na maioria dos casos femininos, o formato das expedições não difere muito das que eram levadas a cabo pelos homens. Leite (2000:134) afirma que as mulheres expedicionárias “conscientes de estar penetrando em um terreno masculino” reproduziram em suas obras “as regras do jogo estabelecidas na literatura de viagem e as formas já consagradas”.

Entre as viajantes citadas por Leite (2000) apenas uma, Teresa da Baviera (1850-1925), demonstrou alguma discordância em relação aos métodos de pesquisa estabelecidos ao discutir as desvantagens do modelo de diário instituído pelos exploradores homens; e é importante ressaltar que Teresa era uma naturalista profissional, condição rara entre as mulheres do período. Teresa, princesa da Baviera, dedicou-se a estudos de História Natural em diversos pontos do globo. Em 1888, veio conhecer os trópicos com o intuito de visitar grupos indígenas e colecionar plantas, animais e objetos etnográficos. Viajou acompanhada por uma dama de companhia, um mordomo e um criado taxidermista (Leite, 2000:134).

As mudanças econômicas e sociais do começo do século XX proporcionaram novas oportunidades para as mulheres nas ciências em muitos lugares do mundo, e nisso inclui-se o Brasil.

Desde o começo desse século, encontramos registros da participação de pesquisadoras estrangeiras e brasileiras no país. Foi nesse período que as primeiras cientistas ingressaram em instituições públicas de pesquisa, locais em que anteriormente não eram aceitas, e adquiriram direitos como o acesso ao ensino superior e o ingresso em escolas antes exclusivamente masculinas (Azevedo; Ferreira, 2006).

Entre as pesquisadoras que se destacaram ao ingressar em instituições públicas no Brasil, podemos citar dois casos ilustres, Bertha Lutz (1894-1976) e Heloísa Alberto Torres (1895-1977), ambas funcionárias do Museu Nacional do Rio de Janeiro que estabeleceram relações de cooperação com algumas das expedicionárias que aparecem nos registros do CFE. Bertha Lutz trabalhava com botânica, zoologia e museologia (Lopes, Souza e Sombrio, 2004; Lopes, 2008b), Heloísa Alberto Torres era etnóloga e foi diretora do Museu Nacional entre os anos de 1938 a 1955.

Corrêa (1997) ressaltou a importância do incentivo dado por Heloísa Alberto Torres ao desenvolvimento das práticas de campo na pesquisa antropológica brasileira no início do século XX. Dona Heloísa, como era chamada por seus contemporâneos, se empenhou em orientar jovens pesquisadores a guiarem suas pesquisas focados no trabalho de campo e, investindo no estabelecimento de laços com pesquisadores estrangeiros, passou a exigir a colaboração desses visitantes na formação dos etnólogos brasileiros. Em troca, garantia apoio ao trabalho deles durante o período em que permanecessem no Brasil.

O próprio trabalho antropológico de Heloísa Alberto Torres foi realizado essencialmente no campo, já que ela não costumava publicar artigos sobre suas expedições. Sobre essa característica, Corrêa diz que:

[...] era como se [...] o trabalho de campo se esgotasse em si mesmo, nunca chegou a publicar um relato de sua viagem à ilha do Marajó, primeira pesquisa de campo que fez e, apesar de seu entusiasmo sobre a última, no Arraial do Cabo, também dela não deixou nenhum trabalho publicado. Sua extensíssima produção não publicada

revela, no entanto, um investimento enorme de energia nos bastidores da pesquisa de campo (Corrêa, 1997:15).

Grande parte de sua atuação no desenvolvimento da antropologia brasileira ocorreu nos corredores do Museu Nacional, trabalhando na articulação de viagens, contatos entre pesquisadores e no treinamento de diversos antropólogos, tendo cumprido um papel fundamental na construção dessa disciplina. Diferente de Bertha Lutz, conhecida por sua militância no movimento feminista, Heloísa A. Torres não teve uma atuação pública tão marcante nesse sentido, mas registros documentais apontam seu envolvimento em alguns debates (Lopes, 2008c). Por exemplo, Corrêa (1997) menciona um desentendimento entre Heloísa e militantes da União Universitária Feminina,⁷ que questionaram os motivos do menor envolvimento das cientistas do Museu Nacional nas atividades de pesquisa de campo. Em resposta, Heloísa escreveu:

[...] das três naturalistas auxiliares que o Museu tem, duas não se recusavam a fazer excursões (parte integrante das funções do naturalista), quanto à outra, recusara porque o marido não lhe permitiria e dos 365 dias de trabalho, compareceu 265, por ter tido filhos e doenças (carta de Heloísa Alberto Torres *apud* Corrêa, 1997:15).⁸

Nessa fala estão exemplificados alguns dos empecilhos que as mulheres enfrentavam para manterem profissões nas áreas científicas. Muitas acabavam tendo que abrir mão de partes fundamentais do trabalho em ciências por assumirem sozinhas as responsabilidades de âmbito doméstico. Os cuidados com os filhos, com a casa e os códigos sociais do matrimônio colocavam

⁷ A União Universitária Feminina foi fundada em 1929 por um grupo de feministas, entre elas Bertha Lutz, com o objetivo de incentivar o ingresso e ajudar mulheres que se formavam no ensino superior (Sombrio, 2007:61).

⁸ O arquivo pessoal de Heloísa A. Torres está guardado na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres-RJ (CCHAT).

as mulheres em uma posição de desvantagem na realização do trabalho de campo.

Essa carta foi escrita no contexto de uma divergência entre Heloísa e as feministas da União Universitária Feminina que contestavam o cancelamento da inscrição de mulheres para um cargo de naturalista auxiliar no museu. Além do trecho citado, Heloísa ainda explicou em sua resposta que três mulheres haviam se inscrito no concurso, mas duas não compareceram à defesa de tese e a terceira, que concorria à vaga para Antropologia Física, apresentou um trabalho sobre música indígena. Heloísa também afirmou que sempre havia apoiado o ingresso de mulheres na instituição, visto que na época em que assumiu a direção o Museu contava com seis mulheres como funcionárias e naquele momento já possuía trinta e oito, o que havia ocorrido por sua iniciativa direta (Corrêa, 1997:15).

Apesar desse conflito, sua longa relação com Bertha Lutz, sua atuação no museu e, destacadamente, as críticas que suportou no momento em que assumiu a direção da instituição, provenientes em grande parte de preconceitos de gênero, contrariam a ideia de que Heloísa tivesse qualquer problema com o ingresso de mulheres no museu.

Como já mencionado, a documentação do CFE abriga histórias de diversos(as) viajantes que se engajaram em excursões com fins científicos ou artísticos pelo interior do Brasil, no período de 1933 a 1968, e entre os dossiês em que estão os documentos das viagens registradas pelo órgão estão presentes diversas mulheres. Essas trajetórias, ainda pouco investigadas, podem ampliar nosso conhecimento sobre a atuação de cientistas no Brasil. A análise de fontes e documentos históricos com uma visão atenta às questões de gênero tem revelado cada vez mais a participação de mulheres em diferentes âmbitos sociais, incluindo-se aí as práticas científicas (Lopes *et al.*, 2004).

O resgate dessas figuras femininas pode contribuir com a desconstrução de ideias tradicionais que consideram as ciências como uma prática exclusivamente masculina no passado, com a valorização das atividades realizadas pelas mulheres,

reconhecimento de sua participação na produção de conhecimentos e com a incorporação do elemento feminino à história das ciências.

Michelle Perrot (2005:35) argumenta que, em geral, nos estudos historiográficos, “interessa-se pouco pelas mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais à “mulher”, entidade coletiva e abstrata a qual se atribuem caracteres de convenção”. Essa falta de singularidade prejudica o entendimento das trajetórias diversas e das especificidades, perpetuando a falsa noção de que as mulheres eram um grupo homogêneo e que todas possuíam histórias similares.

As condições desiguais em relação aos homens, o predomínio da presença no ambiente privado, a relação com a maternidade e o casamento podem ser constantes na vida das mulheres, mas elas estão longe de formar um grupo homogêneo e o conhecimento sobre suas particularidades pode ser muito útil à história social e à própria inserção das mulheres nesses ambientes profissionais tão desconexos a sua própria identidade recorrentemente pensada a partir do ambiente doméstico.

Os estudos de gênero da década de 1970 deram impulso a um novo tipo de crítica às ciências. Teóricas feministas passaram a argumentar que as dificuldades de participação das mulheres e sua invisibilidade nessa história contribuíram para que a instituição científica adquirisse características masculinas que acabaram influenciando tendências como a definição de espaços de trabalhos diferentes entre homens e mulheres, as escolhas sobre quais seriam os objetos de pesquisa, o direcionamento dos recursos, o tempo de trabalho, a relação do cientista com o ambiente doméstico, e ainda poderíamos enumerar muitas outras coisas.

O objetivo desses estudos que começaram a unir as críticas de gênero às ciências não era negar a existência de uma situação desigual no decorrer da história, pois é fato que ela existia, mas sim abrir as portas da fechada instituição científica às críticas. Esses questionamentos permitiram reconhecer que algumas características e, principalmente, desigualdades históricas próprias

da sociedade haviam sido incorporadas na estrutura da ciência consolidando obstáculos constantes à participação das mulheres que, nas décadas finais do século XX, anos e anos após ondas subsequentes de intensificação do movimento feminista, ainda reivindicavam igualdade de direitos em todos os âmbitos da sociedade (Lopes; Costa, 2005).

O conhecimento acerca das mulheres precisaria se multiplicar para acabar com ideias pré-concebidas de que elas não eram aptas ao trabalho intelectual ou não tinham capacidade de fazê-lo; seria preciso ressaltar suas particularidades e não uma suposta universalidade (Haraway, 1995), assim como vinha sendo feito em relação às ciências pelos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia que, constantemente, repensavam o conceito de ciência e trabalhavam fortemente para desvinculá-la de seus antigos pilares mertonianos, (universalidade, objetividade e neutralidade), que já não possuíam mais o crédito de décadas atrás.

As profundas mudanças nos estudos de ciências sociais e humanas ocorridas na década de 1970 deram origem a um novo tipo de história sobre o mundo que buscava entender o micro, as diferenças, os âmbitos e pessoas relegadas ao esquecimento. Nesse quadro, as especificidades das mulheres que seguiram trajetórias diferentes da maioria e a valorização das atividades femininas, comumente menosprezadas, começaram a aparecer e receber atenção, reconstruindo passos importantes da história da humanidade em busca de um conhecimento mais inclusivo e mais justo em relação à experiência humana (Burke, 2005; Thébaud, 2004; Soihet, 1997; Pestre, 1996; Perrot, 1988).

E com a inclusão das mulheres na história das ciências ambos os lados ganharam, pois novas práticas e atividades começaram a ser examinadas e encaradas como ciência e novos olhares foram lançados sobre objetos já estudados. Essa instituição, que é uma das principais atividades a qual a humanidade se dedica, foi renovada e ampliada, além de ter aumentado enormemente seu número de participantes, criando novas possibilidades e teorias.

As expedicionárias do CFE

Sobre o levantamento realizado na documentação do CFE é importante esclarecer como está organizada essa documentação, dividida em duas séries principais. A primeira é referente aos documentos da administração e do funcionamento do órgão: atas de reuniões, regulamentos internos, ofícios, correspondências entre os delegados do CFE, etc. A segunda série é formada por dossiês referentes a cada pedido de licença. Cada dossiê recebe o nome da pessoa que pediu a autorização e assinou como responsável pela expedição (Grupioni, 1998, Mast, 2000, Lisboa, 2004, Sombrio, 2007).

Pela titularidade dos dossiês elencados no Inventário de Expedições do CFE (Mast, 2000), foram levantados aqueles que possuíam nomes de mulheres aparecendo explicitamente na listagem, o que significava que elas eram as principais responsáveis pelo pedido de licença, e os que se sabia contarem com a presença de mulheres por registros encontrados nas atas, mesmo que seus nomes não aparecessem como titulares no inventário.⁹

A documentação do CFE é de caráter burocrático e administrativo, portanto possui limitações, mas mesmo assim “ela permite vislumbrar, de modo particular, a estreita ligação entre a realização de expedições e a formação de coleções científicas no Brasil” (Grupioni, 1998:22). A circulação e o comércio de objetos cada vez mais têm sido reconhecidos como parte importante do desenvolvimento das ciências e das redes internacionais de pesquisadores. Desde a época da colonização, as coleções de espécimes e artefatos do novo mundo foram valorizadas pelos viajantes europeus que buscavam desenvolver, conhecer e se

⁹ Não é possível afirmar que foram reunidos nessa pesquisa todos os nomes de mulheres registrados pela imensa documentação do CFE, pois dossiês não consultados podem conter referências sobre outras mulheres que participaram de expedições no Brasil sem que seus nomes apareçam como titulares de dossiês ou nos livros de atas. Trabalhou-se aqui com a amostra que foi possível levantar.

apropriar de recursos naturais, além de objetos de valor artístico e de conhecimento acerca das sociedades humanas.

A tabela que se segue reúne esse levantamento e algumas das informações organizadas sobre essas mulheres. Foram levantados 38 nomes, dos quais 11 estavam relacionados somente a pedidos de exportação de material artístico ou a dossiês inconclusivos no que diz respeito à efetiva realização da expedição. Algumas delas eram cientistas de renome em seus países e outras praticamente anônimas. Muitas vinham acompanhando seus maridos e trabalhavam como suas assistentes, enquanto outras vieram coordenando suas próprias expedições. A amostra reflete a variedade de profissões e os diferentes campos de inserção: vieram ao Brasil cientistas de museus, de universidades e de outras instituições, coletoras autônomas, artistas, viajantes e exploradoras.

Tabela 1 - Levantamento de mulheres na documentação do CFE

Mulheres registradas pelo CFE (1933-1968)	Ano do registro	Tipo de pedido e área	Autorização do CFE
1. Wanda Hanke	1933/ 1940	Expedição científica	Não
		Etnologia	
2. Doris Cochran	1937/ 1962	Exportação/Expedição científica	Sim
		Biologia	
3. Hanna Rydh	1935	Exportação de material científico	Sim
		Arqueologia	
4. Dina Lévi-Strauss	1936	Expedição científica	Sim
		Etnologia	
5. Carmem Armindo	s/d	Exportação de material artístico	Sim
		Quadros	
6. Annemarie Scharlank	s/d	Exportação de material artístico	Sim
		Quadros	
7. Sra. Steen	1936	Expedição científica	Não

		Etnologia/Geologia	
8. Sra. Ecner	1937	Expedição científica	Não
		Biologia	
9. Doralice Avelar	1938	Expedição artística	Sim
		Fazer um filme	
10. Ruth Landes	1938	Expedição científica	Sim
		Etnologia	
11. Mary E. Anderson	s/d	Exportação de material artístico	Sim
		Curiosidades brasileiras	
12. Alice Hall Farnsworth	1940	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
13. Racine Foster	1939/ 1940/ 1948	Expedição científica	Sim
		Biologia	
14. Sra. Frances Herskovits	1941	Expedição científica	Sim
		Etnologia	
15. Sra. Charles H. Smiley (Margaret Kendall Holbrook)	1940/ 1947	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
16. Mary Quirk	1947	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
17. Wilhemina Null	1947	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
18. Maribelle Cormack	1947	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
19. Miriam Jolley	1947	Expedição científica	Sim
		Astronomia	
20. Marian Cornel Cutler	1941	Expedição científica	Sim
		Biologia	
21. Alice Sumner Penha	1942	Expedição científica	Sim
		Geologia	
22. Maria Alice Moura Pessoa	1942	Expedição científica	Sim
		Etnologia	
23. Elizabeth Ebergenyi	s/d	Exportação de material artístico	Sim

		Curiosidades brasileiras	
24. Bertha Lutz	1944	Exportação de material científico	Sim
		Biologia	
25. Wanda de Roycewicz	1944	Expedição artística	Sim
		Pintar e escrever	
26. Maria Reznik	1946	Expedição científica	Não
		Fotografia	
27. Sra. Fawcet	1946	Expedição	Não
		Procurar o marido desaparecido	
28. Betty Evans	1950	Expedição científica	Sim
		Arqueologia	
29. Ani Patin	1950	Expedição científica	Encaminhado ao SPI
		Etnologia	
30. Sra. Kathe Schmidt	1952	Expedição artística	Sim
		Fazer um filme	
31. Editha Holes	1951	Expedição artística	Não
		Fotografia	
32. Hebe Rangel P. Campos Sales	1952	Exportação de material científico	Sim
		Biologia	
33. Etta Becker Donner	1954	Expedição científica	Sim
		Etnologia	
34. Mary Brewer Hemons	1960	Expedição científica	Encaminhado ao SPI
		Linguística/Etnologia	
35. Alice Grevsmuehl	1964	Expedição artística	Sim
		Escrever e desenhar	
36. Majken Mattson	1964	Expedição artística	Encaminhado ao SPI
		Fotografia	
37. Birgita Malmvall	1964	Expedição artística	Encaminhado ao SPI
		Fotografia	
38. Amanda Flora Hilda Bleher	1960	Expedição científica	Não
		Biologia	

Os dossiês referentes às expedições contêm documentos diversos que incluem desde formulários, relatórios, cartas, telegramas e ofícios, até fotos, recortes de jornal, textos publicados sobre as pesquisas, entre outras possibilidades. Nessas pastas estão também os pareceres redigidos pelos conselheiros sobre a concessão ou a negação da licença para realizar a expedição.

Os pedidos referentes apenas à exportação de material artístico ou científico trazem menos informações sobre as requerentes, sendo compostos na maioria das vezes pelos certificados de licença que garantiam autorização para que os materiais saíssem do país e pelas listas dos objetos exportados.

Como podemos observar na tabela 1, a maior parte das expedicionárias encontradas vieram ao Brasil na década de 1940, mas já apareciam na documentação desde a década de 1930. A menor ocorrência de expedições na década de 1960 pode ser relacionada à diversificação de procedimentos estabelecidos pelo governo para lidar com a participação de cientistas estrangeiros em trabalho de campo no Brasil. Com a criação do CNPq em 1951, que assumiu a responsabilidade pelas expedições estrangeiras após a extinção do CFE em 1968, houve um incentivo ao financiamento de pesquisas nacionais e surgiram novas formas de pensar a cooperação internacional.

Os pedidos para realizar incursões e pesquisas em territórios indígenas eram julgados em colaboração com o SPI – Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967) e algumas vezes decididos somente por esse órgão, responsável pela proteção e pela integração dos índios. O SPI atuou de diversas formas até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).¹⁰

Nesta pesquisa, privilegiou-se investigar mais a fundo os casos em que os pedidos referiam-se a explorações científicas, deixando de fora a análise das trajetórias das artistas, fotógrafas e também os dossiês referentes somente à exportação de materiais artísticos.

¹⁰ A atuação do SPI já foi abordada em diferentes estudos, por exemplo: Brito, C.; Lima, N. T. (2013).

Para recuperar as trajetórias dessas cientistas no Brasil foi necessário investigar também outros arquivos, fontes documentais e referências bibliográficas diversas. Sobre algumas não foi possível levantar muitas informações e os motivos podem ser vários: por não haver registro de suas atividades em outras documentações, por não terem dado continuidade às pesquisas que foram registradas pelo CFE ou por não terem recebido a autorização do órgão, entre outras possibilidades.

Alguns casos se destacaram pela repercussão e pela continuidade das pesquisas realizadas no Brasil, assim como pelos vínculos institucionais estabelecidos no país. Aqui serão comentados brevemente desdobramentos do levantamento geral realizado, informações sobre o grupo de mulheres encontrado e aspectos relativos a algumas dessas expedicionárias. Alguns nomes proeminentes apareceram no levantamento como as antropólogas Ruth Landes (1908-1991) e Dina Lévi Strauss (1911-1999), já abordadas em outros estudos (Corrêa, 2003), e por isso não foram foco de investigação maior nessa pesquisa. Preferiu-se dar visibilidade às experiências menos tratadas na bibliografia sobre mulheres cientistas.

As nacionalidades das expedicionárias se distribuem como disposto na tabela 2. A maioria das mulheres registradas pelo CFE veio dos EUA e em segundo lugar aparecem as brasileiras que precisavam pedir licença ao CFE somente quando não fossem vinculadas a nenhuma instituição científica nacional ou para exportar materiais científicos e artísticos.

Tabela 2 - Nacionalidade das mulheres registradas pelo CFE (1933-1968)

Nacionalidade	Nº de mulheres
EUA	15
Brasil	7
Áustria	3
Suécia	3
Inglaterra	2
Alemanha	1
Argentina	1
França	1
Polônia	1
Suíça	1
Não informada	3

Os EUA enviaram um grande contingente de cientistas para realizar expedições no Brasil na primeira metade do século XX, como confirmam os dados obtidos relativos à participação de mulheres: 15 dos 38 nomes levantados eram de mulheres estadunidenses. Sobre esse contexto, Henson (2000:167) esclarece que nas primeiras décadas do século XX, período pós-guerra hispano-americana e por ocasião do início da construção do Canal do Panamá, os países da América Latina tornaram-se um dos campos principais para a política e a história natural norte-americanas, com financiamento constante do governo e apoio logístico dos militares às expedições científicas. No mundo pós-darwiniano, uma pesquisa de campo nos trópicos, com sua rica fauna, tornou-se um rito de passagem e uma estrada para a fama entre os jovens naturalistas, não só norte-americanos (Nogueira, 1999). Em relação às questões de gênero, as tensões entre homens e mulheres permaneciam acirradas em casa, nas urnas, no trabalho e também nas estações de pesquisa de campo financiadas pelo governo norte-americano.

As primeiras mulheres que vieram realizar trabalho de campo na América Latina encontraram muitas das conhecidas barreiras às mulheres profissionais, além dos desafios de lidar com

ambientes e culturas desconhecidas. Elas tinham que enfrentar o senso comum que caracterizava os trópicos como um lugar inapropriado para as mulheres (Henson, 2000:167).

Entre os anos de 1911 a 1912, o Instituto Smithsonian (EUA) financiou um levantamento biológico em larga escala na Zona do Canal do Panamá e uma importante estação de pesquisa foi construída naquela região. A trajetória da botânica Agnes Chase (1869-1963), analisada por Henson (2000), é um exemplo de como as mulheres foram formalmente excluídas do trabalho de campo realizado naquele local.

Chase esperava uma oportunidade de trabalhar no Panamá e contava com o apoio de Albert Hitchcock, Curador do Herbário Nacional do Smithsonian na época, de quem era assistente e que tentou enviá-la para fazer pesquisa em seu lugar após ter permanecido um ano realizando coletas no local. Porém, Hitchcock não teve apoio de outros funcionários e dirigentes do Smithsonian responsáveis por autorizar as expedições à região do Panamá: “Duvido muito que seja aconselhável contratar mulheres para esse fim”, escreveu o funcionário encarregado da distribuição de verbas; “Sinto dizer que sou incapaz de recomendar o envio da Senhora Chase à Zona do Canal [...] duvido que seja recomendável contratar os serviços de uma mulher para tal fim”, disse o secretário assistente do Smithsonian que rejeitou oficialmente o pedido e teve sua decisão apoiada pelo secretário Charles Walcott, que escreveu: “[...] lamento informar que penso não ser possível concordar com seus desejos nesse assunto. Eu ficaria um tanto relutante em enviar uma mulher em uma missão desse tipo”. Assim, a expedição científica ao Panamá continuou sendo um empreendimento totalmente masculino (Henson, 2000:170-172).

Anos mais tarde, Agnes Chase veio ao Brasil por conta própria para coletar gramíneas e acabou se tornando a mais conhecida especialista em gramíneas no mundo na época. Juntos, Hitchcock e Chase desenvolveram uma rede de correspondência e permuta de espécimes por toda a América Latina e essas relações desempenharam um papel importante na carreira dela. Sem apoio

institucional para realizar pesquisas de campo, foi por meio desses contatos que ela conseguiu concretizar suas expedições no Brasil. Seus correspondentes ajudaram hospedando-a, dando informações e orientações para que conseguisse desenvolver seu trabalho. Veio ao Rio de Janeiro em 1924 e coletou por oito meses no leste do Brasil. Foi acolhida por vários botânicos brasileiros com quem se correspondia, incluindo Dona Maria Bandeira (1902-1992), que pesquisava musgos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e chegou a acompanhá-la em suas viagens. Em 1929, Agnes Chase retornou ao país para mais oito meses de coleta, pagos com seus próprios recursos. Durante certo tempo viajou acompanhada de outra botânica, Inez Mexia, da Universidade da Califórnia (Henson, 2000:190-192). Como suas viagens ocorreram antes da criação do CFE, seu nome não aparece nos registros do órgão.

Sobre as disciplinas científicas praticadas pelas expedicionárias da amostra levantada na documentação do CFE, incluíam-se as especialidades dispostas na tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Referente às áreas de trabalho das mulheres registradas pelo CFE

Área de trabalho	Número de Expedicionárias
Etnologia	9
Botânica e Zoologia	7
Astronomia	6
Geologia	2
Arqueologia	2
Expedições artísticas	7
Exportações artísticas	4
Expedições de outra natureza ¹¹	1

¹¹ O dossiê de expedição mais incomum registrado com o nome de uma mulher na documentação do CFE foi o da Sra. Fawcett, esposa de um famoso explorador britânico, Coronel Fawcett, que desapareceu durante uma expedição na região amazônica em 1925 e nunca foi encontrado (Key, 1940). Em 1946, o presidente

A maior parte das expedições era da área de etnologia, ciência que estava em ascensão na primeira metade do século XX. Isso demonstra que as cientistas encontravam espaços para se inserir nesse campo disciplinar, aspecto já abordado em outros estudos sobre antropólogas e a formação desse campo de estudos no Brasil (Corrêa, 2003; Ribeiro, 2000).

Em meados do século XX, estudos etnológicos se desenvolviam no Brasil contando com esforços tanto de profissionais de instituições nacionais, quanto de estrangeiros que vinham ao país realizar pesquisas. A especialização científica que definiu campos de estudos hoje enfaticamente distintos ainda não estava tão claramente estabelecida e fronteiras disciplinares eram mais facilmente cruzadas. A Segunda Reunião Brasileira de Antropologia ocorrida em Salvador, em 1955, por exemplo, estava distribuída em sessões que abordavam estudos de arqueologia, antropologia física, linguística, antropologia cultural, aculturação e ensino de antropologia (Corrêa, 2013:54), indicando essa intermediação de campos de estudo e a influência de todas essas disciplinas no processo de consolidação dos estudos antropológicos, seja pela incorporação ou pelo distanciamento de práticas, métodos e teorias.

Entre essas expedições destacam-se as da etnóloga austríaca Wanda Hanke, registradas pelo CFE. Um dos aspectos que chama atenção em sua experiência é o fato de ter realizado todas as suas pesquisas sozinha. Hanke não viajava acompanhada por nenhum assistente, familiar ou companheiro e nem possuía uma equipe

do CFE, Pimentel Gomes, enviou um ofício ao Ministro da Agricultura informando que constava nos jornais do Rio de Janeiro ter embarcado na Inglaterra uma expedição científica chefiada pela Sra. Fawcet a fim de se internar no sertão do Brasil em busca do marido desaparecido. Foram enviados telegramas aos delegados do CFE nos Estados do Amazonas e Pará pedindo providências no sentido de embargar tal expedição, pois não estava licenciada pelo órgão. Os delegados responderam ao presidente informando que ficariam vigilantes. A inexistência de outros documentos no dossiê do CFE, assim como a falta de outras fontes sobre o caso não permitiram uma análise mais profunda e sugerem que tal expedição pode nunca ter ocorrido (CFE.T.2.230, MAST-RJ).

para realizar as expedições, que eram as situações mais comum para as mulheres da época (Corrêa, 2003).

Sem possuir vínculos institucionais sólidos, Wanda Hanke enviou um primeiro pedido de licença para realizar estudos etnológicos no Brasil em 1933 e outro em 1940. Também não contava com apoio da embaixada austríaca e possuía poucos recursos para concretizar seus objetivos, que incluíam viagens a regiões distintas do Brasil, coleta de artefatos etnológicos e produção de estudos sobre etnias indígenas diversas. A falta de apoio institucional e de recursos financeiros acabou fazendo com que o CFE negasse seu pedido (Sombrio; Lopes, 2012).

A negação da licença do CFE lhe causou dificuldades, mas não a impediu de realizar suas pesquisas, o que se conclui a partir da leitura de sua correspondência e dos diversos artigos que publicou na revista do Museu Paranaense.¹² Considerando apenas os documentos do conselho, seria de se supor que Wanda Hanke não teria realizado expedições pelo país, mas as coleções etnográficas, de fotos e correspondências depositadas até hoje no Museu Paranaense, em Curitiba, permitiram seguir pistas que contam outra história. Seus artigos relatam informações e histórias acerca de populações indígenas do Brasil que só poderiam ter sido escritas a partir de uma árdua pesquisa de campo.¹³ Seus estudos sobre linguística indígena são citados e utilizados até hoje. Por exemplo, em estudo de D'Angelis (2003), linguista brasileiro, sobre o idioma Caingangue, ele faz referência a ela e diz que:

Wanda Hanke teve contato com diversas áreas indígenas no Sul do Brasil, publicando vários trabalhos sobre Kaingang e Xokleng. O “*Vocabulario del dialecto Caingangue de la Serra do Chagú, Paraná*”, publicado pelo Museu Paranaense em 1947, é resultado da visita da pesquisadora, em 1940, à aldeia do Chagu, no antigo

¹² Fontes: Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, Museu Paranaense. Os artigos publicados por Wanda Hanke na revista *Arquivos do Museu Paranaense* estão listados ao final deste artigo.

¹³ Idem.

Campo das Laranjeiras, na área atualmente conhecida por Rio das Cobras (Sudoeste do Paraná) [...] Trata-se de uma transcrição cuidadosa e, no geral, de boa qualidade [...] (D'Angelis, 2003:33).

Hanke coletava objetos e pesquisava por conta própria, negociava os artefatos que recolhia e os textos que escrevia, estabelecendo, eventualmente, vínculos informais com diferentes instituições (como o Museu Paranaense, por exemplo). A prática de vender coleções e peças indígenas não era aprovada por muitos etnólogos contemporâneos a ela e menos ainda pelo governo brasileiro que buscava cercar cada vez mais a presença de estrangeiros entre os povos nativos do país e o comércio ilegal de artefatos indígenas. Esses fatores contribuíram para o desconhecimento de seus trabalhos no Brasil nesse momento em que os estudos etnológicos se institucionalizavam.¹⁴

Entre as ciências naturais (botânica e zoologia), segundo campo disciplinar no qual as mulheres mais aparecem fazendo pesquisas na documentação do CFE (Tabela 3), a botânica é recorrentemente citada como um campo de estudos que admitia a presença de mulheres desde os séculos XVIII e XIX (Shteir, 1996). Existia a possibilidade de ingressarem na profissão como ilustradoras, já que desenhar e pintar eram habilidades profissionais consideradas aceitáveis para as mulheres, principalmente as de classes média e alta que recebiam treinamento em ilustração e, eventualmente, consolidavam carreiras científicas por especializarem-se em ilustrações botânicas (Henson, 2000).¹⁵

¹⁴ Sobre institucionalização da antropologia no Brasil, ver: Corrêa (1987) e Keuller (2008).

¹⁵ “[...] Habilidades em desenho faziam parte do rol de práticas convencionais entre meninas de classes sociais mais altas e livros de diversos tipos forneciam instruções para isso. O “Livro de Desenho das Senhoras” (1753), por exemplo, escrito por Augustin Heckle “para envolver o belo sexo em uma melhoria rentável de suas horas de lazer” ensinava como desenhar flores, mostrando como partir de um esboço até o desenho final e depois para uma versão pintada do trabalho (Shteir, 1996:41, tradução própria, grifo da autora).

É o caso da herpetóloga Doris Cochran, procedente dos Estados Unidos, que veio ao Brasil realizar expedições para coleta de material botânico e zoológico em 1935. Conseguiu a licença do CFE por intermédio de Bertha Lutz, com quem se correspondia frequentemente, e deixou registrado um diário de campo da pesquisa que realizou por oito meses no Brasil.¹⁶

Ao longo de sua carreira, Cochran especializou-se no estudo de répteis e anfíbios da América Central e do Sul, e a habilidade com ilustrações foi um dos aspectos que facilitou sua inserção na área de ciências naturais. Realizou inúmeras coletas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e levou parte desse material para o museu de História Natural do Instituto Smithsonian, nos EUA, onde trabalhava. Visitou também outros países da América Latina, como Haiti e Colômbia, e essas expedições renderam trabalhos importantes para a área, incluindo os livros: “*The Frogs of Southeastern Brazil*” (1955) e “*The Herpetology of Hispaniola*” (1941). No decorrer de suas pesquisas, Cochran nomeou aproximadamente 100 novas espécies e 6 novos gêneros.¹⁷

Na área de zoologia, além de Doris Cochran, apareceram neste levantamento as brasileiras Bertha Lutz e Hebe Rangel de Campos Sales, que tiveram seus nomes registrados pelo CFE por pedidos de exportação de material zoológico apenas, pois sendo funcionárias de instituições brasileiras (Museu Nacional-RJ e Instituto Oceanográfico da USP, respectivamente) não precisariam pedir autorização ao CFE para realizar expedições no país.

Em relação às astrônomas, que aparecem na tabela 3 em terceiro lugar, é importante ressaltar que as seis mulheres encontradas concentram-se em apenas duas expedições. A primeira, realizada em 1940, era composta por um grupo grande de cientistas entre os quais estavam duas astrônomas, Dra. Alice

¹⁶ *Just a Minute, Miss*, by Doris Cochran, s/d, RU 7151, Box 2, Folder 5, *Smithsonian Institution Archives, Washington-DC*.

¹⁷ Doris Mable Cochran Papers (1919-1968), RU 7151, Apresentação, p.1, Feb. 20, 1975, *Smithsonian Institution Archives*.

Hall Farnsworth (1893-1960) e Magaret Smiley (1902-1987). A segunda expedição, de 1947, era formada por oito pessoas dentre as quais cinco eram mulheres e novamente a astrônoma Margaret Smiley¹⁸ estava presente, acompanhada por seu marido, também astrônomo, Charles H. Smiley. Uma expedição majoritariamente feminina era um acontecimento incomum naquela época e também a única encontrada nos documentos pesquisados no CFE.

Ao escrever sobre a história das mulheres cientistas nos EUA, Margaret Rossiter (1982) argumentou que a astronomia era uma ciência bastante aberta à participação feminina no início do século XX. A grande necessidade de cálculos minuciosos abriu esse campo de trabalho para as mulheres que geralmente eram contratadas para fazer trabalhos repetitivos e rotineiros que demandavam muita atenção, como essa parte braçal dos cálculos matemáticos, tanto na astronomia como nas ciências da computação. Em outro estudo sobre astrônomas, Pang (1996) afirma que a tradição de observatórios serem construídos em locais isolados propiciava a formação de pequenas comunidades de astrônomos que levavam suas famílias para viver nesses locais. Isso também abriu caminho para que as mulheres se envolvessem na disciplina, ora como cientistas, ora como organizadoras do ambiente que proporcionava a criação e o trabalho necessário.

Há também registros sobre pedidos de licença para duas expedições geológicas e duas expedições arqueológicas enviados por mulheres ao CFE, como mostra a tabela 3. Entre esses casos, destaco aqui a experiência da arqueóloga Betty Meggers que, a partir da pesquisa de campo realizada no Brasil nos anos de 1948 e 1949, produziu estudos e teorias arqueológicas que influenciariam profundamente o desenvolvimento da disciplina por muitos anos. Meggers viajava acompanhada de seu marido, Clifford Evans, também arqueólogo. Mesmo casada, ela nunca

¹⁸ Seu nome de solteira era Margaret Kendall Holbrook e foi com esse nome que ela publicou sua dissertação de mestrado intitulada: "Elimination of Parallax as a Factor in the Determinateness of the Orbit of Minor Planet 1900 G.A.", University of California, 1927.

mudou seu sobrenome e manteve autonomia em seus trabalhos científicos, publicando ora sozinha, ora em coautoria com Evans.

Muito mais do que a tradicional assistente esposa, Betty Meggers era indiscutivelmente protagonista nessa expedição, trabalhando o tempo todo em companhia de Clifford Evans. Meggers era participante ativa nas escavações e análises do material e se empenhou para que as decisões tomadas durante toda a expedição fossem as mais acertadas possíveis, como mostram seus diários de campo.¹⁹

Meggers e Evans recolheram fragmentos de cerâmica, ossos e outros artefatos arqueológicos com o intuito de pesquisar a história de habitação dos povos indígenas na região do Baixo Amazonas. Os objetos coletados foram destinados a museus brasileiros, a maior parte ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. O trabalho de campo e as coleções foram e continuam sendo aspectos essenciais de disciplinas como a Arqueologia, que se consolidaram transformando teórica e concretamente espaços, fragmentos de objetos, ossos e vestígios diversos em áreas e objetos científicos (Lopes; Barbuy, 2013). Foi a partir da observação de campo, coleta, análise, descrição e catalogação dos artefatos adquiridos que Meggers construiu suas teorias sobre a adaptação do homem aos trópicos. Suas descrições detalhadas incluem notas diárias sobre as incursões nas ilhas de Marajó, Caviana, Mexiana, território do Amapá, os períodos que permaneceram em Belém trabalhando no Museu Emílio Goeldi, e o início da viagem no Rio de Janeiro, onde o casal foi auxiliado por Heloísa Alberto Torres.²⁰

As teorias de Betty Meggers foram concebidas em um período classificado na história da arqueologia como ‘histórico-classificatório’ (1914-1960) e questionadas em estudos mais recentes da fase na *New Archaeology* (ou Escola Processual), que teve início a partir dos anos 1960, trazendo novos enfoques, teorias e perspectivas (Robrahn-González, 1999-2000). Mesmo

¹⁹ *Journal of Lower Amazon Expedition, 1948-1949*, vol. I, II, III, IV. Betty Meggers. *National Museum of Natural History, Smithsonian*.

²⁰ *Idem*.

considerando as mudanças mais recentes, a presença de Betty Meggers no país foi fundamental para a consolidação da disciplina e para a formação de muitos arqueólogos brasileiros que mais tarde se articulariam para fundar o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), criado na década de 1960 com ajuda de Meggers e Evans.

Considerações finais

Este artigo se baseou principalmente nos documentos encontrados no arquivo do CFE para traçar um panorama geral sobre mulheres que realizaram expedições científicas no Brasil entre os anos de 1933 e 1968, tentando situá-las em contextos maiores, destacando alguns casos que saltaram aos olhos nessa documentação.

A participação de mulheres na história das ciências foi comprometida por discriminações sociais relativas ao gênero. No entanto, compreender como algumas delas se incorporaram às práticas e instituições, seja como esposas assistentes, coletoras autônomas, funcionárias de museus, em campos disciplinares específicos, entre outras características, colabora com a diversificação do registro histórico sobre as ciências, sobre as atividades atribuídas às mulheres e sobre a multiplicidade de identidades de gênero ao longo da história.

O fato de muitas das viajantes da primeira metade do século XX só estarem engajadas em pesquisas científicas porque acompanhavam seus maridos nas expedições, como menciona Corrêa (2003), é representativo da subordinação patriarcal e da forma como a instituição científica incorporou as divisões sociais associadas aos gêneros, “As discriminações de fato enraízam-se nos costumes, produtos de representações de longa duração, remodelados ao sabor das necessidades do tempo” (Perrot, 2005:251).

Contudo, algumas viagens científicas abordadas neste artigo são representativas de outras experiências, nas quais as mulheres transcendiam as expectativas sociais que recaíam sobre elas e

permitem assim contestar a inflexibilidade das identidades de gênero em outros períodos históricos. Escolheu-se enfatizar aqui a presença e a diversidade das atividades que realizavam para reafirmar a existência de mulheres praticando ciências no campo, no laboratório, em museus, universidades e de formas distintas, no período abordado. Por meio da pesquisa histórica, da utilização de fontes e metodologias diversas é possível contribuir com a reversão desse quadro de escassez de registro, evidenciando experiências, narrando as formas como diferentes mulheres se envolveram em práticas científicas, ou até a forma como foram excluídas delas, porque desse modo se torna possível entender cada vez mais aspectos sobre a construção das ciências e sobre a atuação dos diversos atores envolvidos ou propositalmente afastados desse processo.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *cadernos pagu* (27), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.213-254.
- BEDIAGA, B.; Peixoto, A.; FILGUEIRAS, T. Maria Bandeira: uma botânica pioneira no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Epub Jan 26, 2016.
- BRITO, C.; LIMA, N. T. Antropologia e medicina: assistência à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Ciênc. hum. vol.8 no.1 Belém Jan./Apr. 2013.
- BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005. Tradução de Sérgio Goes de Paula.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960), testemunhos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1987.
- CORRÊA, Mariza. A Natureza Imaginária do Gênero na História da Antropologia. *cadernos pagu* (5), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, pp.109-130.

- CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*. Vol. 40, n. 1, São Paulo, 1997.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- FERREIRA, L.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. Institucionalização das ciências, sistemas de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos – Gênero e Ciências*, vol. 15, Rio de Janeiro, 2008.
- GRUPIONI, L. D. B. *Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, Editora HUCITEC, São Paulo, 1998.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, pp.07-41.
- HENSON, Pamela. A Invasão da Arcádia: As Cientistas no Campo na América Latina, 1900-1950. *cadernos pagu* (15), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2000, pp.165-197.
- KELLER, Evelyn Fox. *Reflexiones sobre Género y Ciencia*. Valencia, IVEI, Edicions Alfons el Magnànim, 1989. Tradução de Ana Sánchez.
- KEULLER, Adriana. Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e Instrumentos (1876-1939). Tese (Doutorado em História Social), FFLCH - USP, São Paulo, 2008.
- KEY, Charles E. *Grandes expedições científicas do século XX*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- KUKLICK, H.; KOHLER, E. Introduction. *Osiris*, vol. 11 - Science in the Field. The University of Chicago Press, 1996, pp.1-14.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1988. Tradução Angela R. Vianna.
- LEITE, Miriam Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *cadernos pagu* (15), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2000, pp.129-143.

- LISBOA, Araci Gomes. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: Ciência, Patrimônio e Controle. Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 2004.
- LIVINGSTONE, D. *Putting Science in its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago, University of Chicago Press, 2003.
- LOPES, M.M. *Aventureiras* nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *cadernos pagu* (10), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1997, pp.82-93.
- LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. III (suplemento), Rio de Janeiro, 2001, pp.881-897.
- LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia; SOMBRIO, Mariana. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista Gênero*, Vol. 5, n. 1, Niterói, 2004, pp.97-109.
- LOPES, M. M.; COSTA, M. C. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: MORAES, M. L. Q. (org.). *Gênero nas fronteiras do Sul*. Campinas, 2005, pp.75-83.
- LOPES, Maria Margaret. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema (orgs.) *Ciência, história e historiografia*. São Paulo, Via Lettera; Rio de Janeiro, MAST, 2008a, pp.305-318.
- LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.15, supl.0, Rio de Janeiro, 2008b.
- LOPES, M.M. Construções de culturas científicas no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1920-1930). In: HOFFMANN, W.; FURNIVAL, A. C. (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Sociedade*. 1ed. São Paulo, Pedro e João Editores/CECH-UFSCAR, 2008c, pp.33-42.
- LOPES, Maria Margaret; BARBUY, Heloisa. Introdução. *Anais do Museu Paulista* (Impresso), vol. 21, 2013, pp.11-13.
- MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: inventário sumário*. Rio de Janeiro, MAST, 2000.

- NOGUEIRA, Eliana. *Emergência, Institucionalização e Estado Atual da Botânica Brasileira: As Relações Nacionais e Internacionais*. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Unicamp, Campinas, 1999.
- ORESQUES, Naomi. Objectivity and Women in Science. *Osiris*, vol. 11 – Science in the Field. The University of Chicago Press, 1996, pp.87-113.
- OUTRAM, Dorinda. New spaces in natural history. In: JARDINE, N.; Secord, J.; SPARY, C. (orgs). *Cultures of Natural History*. Cambridge University Press, 1996, pp.249-265.
- PANG, Alex Soojung-Kim. Gender, Culture and Astrophysical Fieldwork: Elizabeth Campbell and the Lick Observatory – Crocker Eclipse Expeditions. *Osiris*, Vol. 11 – Science in the Field. The University of Chicago Press, 1996, pp.17-43.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Tradução: Denise Bottmann.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, EDUSC, 2005. Tradução: Viviane Ribeiro.
- PESTRE, Dominique. Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências: Novas Definições, Novos Objetos, Novas Abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, Vol. 6, n. 1, Campinas, 1996, pp.3-56.
- RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia Em Perspectiva: 150 Anos de Prática e Reflexão no Estudo de Nosso Passado. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, dez/fev. 1999-2000, pp.10-31.
- ROSSITER, Margaret. *Women Scientists in America – Struggles and Strategies to 1940*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1984.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, EDUSC, 2001. Tradução de Raul Ficker.

- SCHIEBINGER, Londa. *Plants and Empire: Colonial Bioprospecting in the Atlantic World*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2004.
- SCHIEBINGER, Londa. *Gendered Innovations in Science and Engineering*. Stanford University Press, 2008.
- SHTeir, Ann. B. *Cultivating women, cultivating science: Flora's daughter and botany in England, 1760-1860*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia*. Editora CAMPUS, Rio de Janeiro, 1997, pp.214-230.
- SOMBRIo, Mariana Moraes de Oliveira. Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica), Unicamp, Campinas, 2007.
- SOMBRIo, Mariana; LOPES, Maria Margaret. Expedições Científicas na América do Sul: A experiência de Wanda Hanke (1933-1958). *Cadernos de História da Ciência do Instituto Butantan*, vol. 7, n. 2, São Paulo, 2012.
- SOMBRIo, Mariana. Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Unicamp, Campinas, 2014.
- THÉBAUD, Françoise. História das Mulheres, História do Gênero e Feminismo: O Exemplo da França. In: COSTA, Cláudia; SCHIMDT, Simone (orgs.). *Poéticas e Políticas Feministas*, Editora Mulheres, 2004, pp.67-80.

Fontes:

Arquivos do Museu Paranaense

HANKE, Wanda. Cadivéns y Terenos, Vol. II, 1942:79-87;

_____. Los índios Sirionó de la Bolivia Oriental, Vol. II, 1942:87- 96;

- _____. Los índios Botocudos de Santa Catarina Brasil, Vol. VI, 1947:45-59;
- _____. Apuntes sobre el idioma caingangue de los Botocudos de Sta. Catarina, Brasil, Vol. VI, 1947:62-97;
- _____. Vocabulario del dialecto caingangue de la Serra do Chagu, Paraná, Vol. VI, 1947: 99-106;
- _____. Ensayo de una gramática del idioma caingangue de los Cainganges de la 'Serra de Apucarana', Paraná, Brasil, Vol. VIII, 1950: 65-220;
- _____. Estudos complementares sobre a cultura espiritual dos índios cainganges, Vol. VIII, 1950:137-145; La cultura material de los Guarayos Modernos, Vol. VIII, 1950:215-220.